



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Ananindeua
Especialização Lato Sensu em História Agrária na Amazônia
Contemporânea

**O avanço do dendê no nordeste paraense, seus impactos a
produção familiar e a projeção para o município de Santo
Antônio do Tauá**

Ananindeua/Pará

2018



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Ananindeua
Especialização Lato Sensu em História Agrária na Amazônia
Contemporânea

**O avanço do dendê no nordeste paraense, seus impactos a
produção familiar e a projeção para o município de Santo
Antônio do Tauá**

Artigo apresentado como avaliação final da
Especialização em História Agrária na Amazônia
Contemporânea, orientado pelo prof. Aluísio
Fernandes da Silva Júnior.

Ananindeua/Pará

2018

O avanço do dendê no nordeste paraense e seus impactos a produção familiar e a projeção para o município de Santo Antônio do Tauá

Alex dos Santos Siqueira¹

Resumo - Este artigo tem por objetivo avaliar a forma que o estado do Pará, por meio de políticas públicas, vem agindo no meio rural paraense a partir da implementação do Programa de Produção Sustentável de óleo de palma no Brasil (PPSOP), 2010. Os impactos sociais e ambientais que a cultura do dendê (*Elaeis guineensis*) destinada à extração de óleo de palma e óleo de palmiste vem causando à produção familiar a partir da incorporação das famílias a cadeia produtiva do dendê. As informações foram coletadas da base de dados do IBGE e da FAPESPA, por revisão bibliográfica e de dados secundários, uma vez que não foi possível entrar em contato com produtores familiares ligados a Dendetaua e ao Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Como resultado foi notado uma subordinação dos produtores rurais às empresas evidenciando uma relação de poder e uma não ascensão social e econômica, levando a crer que a atividade não é inclusiva e sustentável capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento como objetiva o projeto governamental.

Palavras-chave: Dendeicultura, Agronegócio, produtor Familiar.

Abstract - This article aims to evaluate the way the state, through public policies, has been acting in the rural environment of Pará from the implementation of the Program of Sustainable Production of palm oil in Brazil, 2010. The social and environmental impacts that the cultivation of oil palm (*Elaeis guineensis*) destined for the extraction of palm oil and palm kernel oil has been causing family production since the incorporation of families into production. The information was collected from the IBGE and FAPESPA database, by bibliographic review and secondary data, since it was not possible to contact family producers linked to Dendetaua and the Rural Producers' Union of Santa Izabel do Pará and Santo Antônio do Tauá. As a result it was noticed a subordination of rural producers to companies showing a relationship of power and a lack of social and economic rise, leading to believe that the activity is not inclusive and sustainable able to contribute significantly to the development promotion as objective the government project.

Key words: Dendê, Agribusiness, Family Farming, Santo Antonio do Tauá.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPA, discente de História Agrária e Aluno Especial de Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Introdução

Este artigo tem a intenção mostrar as duas formas de produzir no campo paraense – agronegócio e a agricultura familiar – dando um enfoque ao município de Santo Antônio do Tauá. O Dendê será o objeto estudado, uma vez que essa cultura, devido ao forte incentivo governamental, vem crescendo no nordeste do estado do Pará. Vários estudiosos sobre o assunto já se manifestam tanto a favor, dizendo que a renda de quem participa da referida lavoura aumentou, como contraponto que estão formando um campo sem agricultor.

Problemas antigos, que haviam diminuído voltaram, como é o caso da concentração de terras, algo que vem acontecendo devido a necessidade de áreas para a cultura do dendê, que usa a velha fórmula do latifúndio. Questões ambientais também fazem parte da agenda de debates sobre a cultura. O desvio da função primordial do produtor familiar que antes produzia alimentos e hoje planta a palmeira do dendê, deve ser visto como um problema, uma vez que os coloca em risco alimentar.

O texto vai tentar reportar a evolução desta cultura exótica no nordeste paraense, os pontos positivos da cultura e seus impactos; e a produção e os impactos no município de Santo Antônio do Tauá. Observar se a referida cultura poderá no futuro ser mais semeadora de desigualdade do que de igualdade social.

Metodologia

Este trabalho foi feito usando pesquisa bibliográfica sobre o assunto selecionando, fichando e arquivando tópicos de interesse para a produção do Artigo. Foi usado também uma grande literatura secundária onde buscou-se conhecer e analisar as contribuições científicas do presente e do passado sobre o assunto estudado. No processo de pesquisa foram consultados documentos oficiais, trabalhos científicos e as bases de dados (IBGE) e da FAPESPA.

Tentou-se contato com os produtores familiares que cultivam dendê em Santo Antônio do Tauá por meio do Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Esse contato foi feito pessoalmente e por email, mas até a

conclusão deste artigo não houve resposta aos nossos questionamentos. Ficando assim uma lacuna quanto a condição de trabalho dos agricultores no referido município.

Breve consideração a respeito do Agronegócio e da Agricultura familiar

A mídia, principalmente a TV, apregoa que o agronegócio é a melhor forma de produzir no campo. Surgido nos Estados Unidos com o nome de *agribusiness*, termo cunhado pelos professores de Havard John Davis e Ray Goldberg liga o setor agropecuário, fortemente, a indústria de máquinas, fertilizantes, agroquímicos, semente etc. No Brasil, devido sua forte vocação agropecuária, o agronegócio chegou no final dos anos 60. A grande disponibilidade de terras agricultáveis, a facilidade e abundância de água, solo e o clima favorável são fatores propícios ao desenvolvimento dessa forma de produção no campo.

Outro conceito adotado sobre o agronegócio é o de Figueiras, Cordeiro e Monteiro (2011) que diz o seguinte:

[...] corresponde ao conjunto de operações físicas e comerciais que envolvem na indústria para a agropecuária (AI), que está a montante; a unidade de produção (UP) propriamente dita, que “local situs” onde se produz bens e serviços; a agroindústria e distribuição (AID), à jusante, que beneficia o produto, e, portanto, agrega-lhe valor e tem-se o consumidor final. Tendo como ponto de partida a matriz de insumo produto (MIP) de Leontief, quatro seguimento do agronegócio podem ser destacados, para melhor compreensão das inter-relações entre setores, sobressaindo a sua importância econômica no cenário de uma região na qual opera:

- 1 – Atividade fornecedora de insumos e bens de capital necessários à atividade produtiva.
- 2 – Atividade de produção propriamente dita – unidade de produção especializada e diversificada.
- 3 – Atividade de armazenamento e processamento agroindustrial – é nesse seguimento que se dá a agregação de valor aos produtos *in natura* e causa maior impacto econômico.
- 4 – Atividade de distribuição (comércio e transporte), assistência técnica, suprimento financeiro e suporte de pesquisa – atuam em diferentes fases de cadeias de oferta ou de valores de produtos até o consumo. (Figueiras; Cordeiro, Monteiro, 2001).

Para Mendonça S. (2005) o agrobusiness consiste um amplo complexo de operações, de natureza comercial e financeira e com grande influência política. Representa um sistema produtivo intrincado, liderado por uma mega agremiação dotada de poder econômico e político

Já na agricultura familiar o termo é direcionado a seguimentos de produtores modernos integrados ao mercado pela especialização e com uso intensivo de instrumentos de trabalho concebidos segundo a lógica da produção industrial. Por ser facialmente confundida com outras formas de produzir no campo, Neves (2005) a distinguiu da seguinte forma:

Como categoria distintiva de produtores constituídos sob o modo de interdependência entre agricultura e indústria, ela não foi analiticamente incorporada por pesquisadores brasileiros. Tais produtores foram reconhecidos como agricultores integrados ou tecnificados e, sob essa perspectiva, pesquisados.

As críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria (acirrador de exclusões e de expropriações diversas), assumidas tanto por pesquisadores de diversas disciplinas quanto pela representação política dos trabalhadores rurais no Brasil, operaram na consagração dessa categoria classificatória, mas para abarcar os objetivos da ação política de trabalhadores rurais sem terra, de assentados e de produtores agrícolas parcelares em busca de reconhecimento econômico.

Surgiu com o objetivo de forjar um novo modelo de desenvolvimento político social, sobre esse tema Neves (2005) disse o seguinte:

A proposição da Agricultura familiar como novo termo de apelação, de mobilização política e de enquadramento social consagrou então a construção de novos modelos de desenvolvimento econômico, capazes de orientar a organização da unidades produtivas politicamente requeridas como sustentáveis. Emerge então, desse processo, a construção da Agricultura Familiar como sujeito de direitos

O Termo Agricultura Familiar corresponde, então, à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização e agricultores e trabalhadores rurais precarizados, diante de efeitos de interdependência entre agricultura e indústria. [...].

Em 2006 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir da lei N° 11.326 considerou agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

[...]

Dendê no Pará: fatores positivos e impactos na produção familiar

A região amazônica, no que tange a agricultura, sempre esteve à mercê de interesses externos, exógenos. A constituição do espaço agrário passou por sucessivos períodos de expropriação que levou a vários ciclos que reordenaram a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social de acordo com o mercado externo pedia.

O primeiro período foi o das drogas do sertão, ainda na época do Brasil Colônia, depois veio a Borracha (*Hevea brasiliensis*) em dois períodos e a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*). Hoje o Dendê é uma, devido à grande necessidade de óleo de palma, das culturas que mais se espalha pelo nordeste paraense. Para o capital se reproduzir no espaço agrário amazônico, assim como na época da colônia, faz por meio do latifúndio, monopólio do uso da terra. Para ter êxito, o capital impõe uma agricultura de pressão que altera o movimento da natureza. Neste sentido Nahum e Bastos (2014) afirmam:

O tempo natural flui entre o semear, o germinar e o colher; movimenta-se entre a coleta de sêmen, a inseminação, a gravidez, a gestação e o nascimento. E como para o capital tempo é dinheiro, busca-se apropriar de terra útil e utilizável até que dela não precise mais. Portanto, é instrumental a relação que, em seu processo de reprodução, o capital estabelece com a terra, ela é tão somente um meio de produção e força produtiva, valor de troca (2014).

² O módulo fiscal é uma unidade de referência utilizada para fins fundiários e tributários, cuja definição foi estabelecida no art. 50 da Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), que assim o caracterizou: “o módulo fiscal de cada município expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores: a) o tipo de exploração predominante no município [...]; b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.

Houve uma completa desconexão com a função social da terra, esta, a terra, tornando-se mercadoria para a reprodução do capital, desconsiderando completamente a natureza e os agentes sociais existentes.

O Dendê não chegou na Amazônia nos anos 2000, vem de muito antes, ainda em 1964/65 a SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) já estabelecia acordo de cooperação com IRHO (Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux) da França, visando um projeto piloto de dendê no Pará. Já como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) fez uma experiência no município de Santa Barbara na Região metropolitana de Belém. Em 1974 saiu da SUDAM e foi para a DENPASA (Dendê do Pará S.A.). Esse início ainda parte da retórica que a floresta era senil que a Amazônia seria a próxima grande fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atrairia capital financeira para desenvolver a região.

Houve uma forte evolução do plantio do dendezeiro e da produção do óleo de palma³ desde a década de 1960. Feito principalmente com incentivo governamental, usando a velha formula, a do latifúndio, ou seja, as indústrias do dendê no Pará são proprietárias de extensas áreas de cultivo. Para manter a produção alta é preciso um grande aporte financeiro, principalmente nos primeiros anos da cultura.

O estado do Pará está associado em vários aspectos à produção do Dendê, seja pela localização – mais perto dos grandes centros internacionais – seja pelo clima – favorável a cultura do Dendê – e ao solo. Dentro do contexto ambiental e biológico do dendezeiro, os aspectos mais importantes no tocante ao rendimento da cultura são os ligados às relações: planta, solo e clima. Dentro do contexto solo-planta para as condições Amazônicas, MACÊDO & RODRIGUES (2000), recomendaram como solos mais apropriados, os profundos, bem drenados e planos, devendo-se evitar os muito arenosos e muito argilosos. Esses autores indicam as classes representadas pelos Latossolos e Podzólicos, quando convenientemente manejados, como os mais adequados ao cultivo do dendezeiro. O nível pluviométrico deve ser acima de 1.500 mm com boa distribuição mensal e com ausência ou poucos períodos secos.

³ Hoje o Pará tem mais 150 mil hectares de área plantada com uma produção, aproximada, de 3,32 toneladas por hectare. Fonte: Fapespa

Os municípios em destaque nessa cultura no Pará são Tailândia (maior produtor no estado) com 25,65%, seguido por Concórdia do Pará com 16,36%, Bonito com 12,67%, Acará com 11,65%, Tomé-Açu com 10,07%, Moju com 8,94%, Igarapé-Açu com 2,93%, Santo Antônio do Tauá com 2,57%, São Domingos do Capim com 1,89% e Abaetetuba com 1,58% da produção paraense (tabela 1). O Estado do Pará representa 83% da produção nacional, já no âmbito mundial o Brasil representa, apenas, 0,47%, ficando na 14º no ranking mundial de produção de óleo de dendê (IBGE/PAM (2016) / LSPA (2017) / Elaboração SEDAP-NUPLAN-ESTATISTICA/2017).

Tabela 1: Ranking Municipal (10 principais) quanto a Quantidade produzida (t) - Estado do Pará - 2017

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	%
TAILÂNDIA	405.055	25,65%
CONCÓRDIA DO PARÁ	258.271	16,36%
BONITO	200.100	12,67%
ACARÁ	184.002	11,65%
TOMÉ-AÇU	159.000	10,07%
MOJU	141.151	8,94%
IGARAPÉ-AÇU	46.200	2,93%
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	40.600	2,57%
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	29.820	1,89%
ABAETETUBA	25.000	1,58%
Outros	-----	5,69%
Total	1.579.126	100%

Fonte: IBGE/PAM (2016) / LSPA (2017) / Elaboração SEDAP-NUPLAN-ESTATISTICA/2017

O Estado do Pará é o maior produtor nacional de dendê com mais de 1.600.126, 715 toneladas, mas em número de estabelecimentos, com mais de 50 pés, o Estado da Bahia, segundo maior produtor de dendê, leva imensa vantagem (tabela 2).

Tabela 2: Número de estabelecimentos dos maiores produtores de dendê do Brasil, com mais de 50 pés.

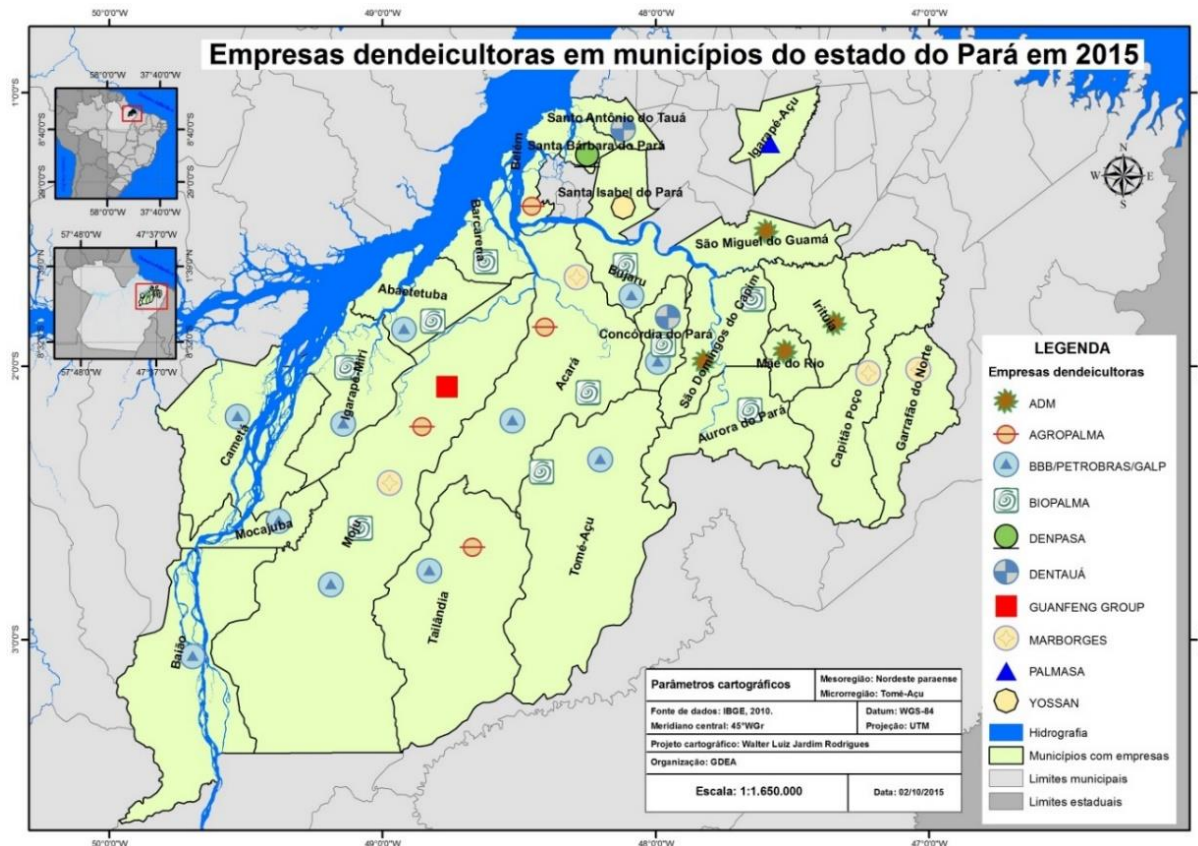
ESTADOS	ESTABELECIMENTOS
BAHIA	1.578
PARÁ	863

RORAIMA	38
ESPIRITO SANTO	14
PERNAMBUCO	12
SÃO PAULO	10
MINAS GERAIS	8
RIO GRANDE DO NORTE	6
AMAZÔNAS	6
PARAIBA	3
Total	2.538

Fonte: IBGE/CENSO AGRO 2017⁴.

A tabela 2 evidencia a reconcentração de terras no Nordeste paraense, uma vez que o Pará que representa mais de 80% da produção nacional, mas tem muitos menos estabelecimentos que o segundo colocado que é o estado da Bahia.

Figura 1: Empresas de Dendeicultura no Estado do Pará até o ano de 2015.



Fonte: GDEA

⁴ https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76288

A figura 1 um mostra a distribuições das empresas processadoras de dendê no nordeste paraense. Área onde o Governo Federal considerou como propício para a expansão desta cultura. O Programa de Produção de Óleo de Palma no Brasil, instituída em 2010 foi a política pública incentivadora à monocultura do dendê.

Entre as oleaginosas, a cultura do dendê é a que apresenta maior produtividade, com rendimento de 4 a 6 toneladas de óleo/hectare, em condições excelentes de clima e solo. A produção do óleo de dendê requer de 3 e 4 anos, mínimo, para colheita, exige que a extração do óleo ocorra dentro de 24 horas após ser colhido, logo as plantações não podem ser muito distantes das unidades processadoras e a mecanização da colheita é bastante difícil. Do Dendê se extrai dois tipos de óleo e a torta, que pode ser destinada à produção de ração animal ou de fertilizante. O óleo de dendê ou de palma extraído da polpa do fruto (mesocarpo) e o óleo de palmiste extraído da amêndoa (endoesperma). A torta resulta do processo de extração do óleo da amêndoa e contém de 17% a 19% de proteína.

Tem forte vantagem se comparado a outras oleaginosas, pois requer menos fertilizantes, pesticidas, combustível e energia para sua produção. A baixa mecanização a faz grande consumidora de mão de obra, gerando grande número de empregos; a não necessidade de grande preparo do solo e do plantio não ser todos os anos, uma vez que a plantação do dendê é permanente é outra grande vantagem.

As árvores adaptam-se bem aos trópicos úmidos, apresentam elevada capacidade de sequestro de carbono, estima-se que de 29,3 t/he/ano e de produção de matéria orgânica, compensando efeitos das emissões de gases causadores do efeito estufa e reduzindo a erosão do solo.

Especialistas⁵, entretanto, dizem que essa cultura tende a trazer muitos problemas ao bioma amazônico, a começar pelo modelo adotado, que do ponto de vista estrutural, seria no formato de plantation⁶, levando a uma reconcentração de terras nas

⁵ José de Castro Correia, especialistas no bioma e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

⁶ O plantation é um sistema de produção agrícola baseado na monocultura, que surgiu na Antiguidade. Os europeus espalharam este sistema pela América, África e Ásia a partir da colonização dos séculos XVI e XVII. Chegou ao Brasil no período colonial, sendo o sistema utilizado nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. Foi também utilizado nas fazendas de café do oeste paulista, na segunda metade do século XIX e início do XX. Até os dias de hoje o plantation é muito utilizado no Brasil, porém, ao contrário do que ocorria em séculos anteriores, apresenta produtividade elevada. (fonte: www.suapesquisa.com).

mãos de grandes empresas. NAHUM e MALCHER (2012) escreveram sobre esse problema dizendo: “Atualmente, a concentração de terra aumentou vertiginosamente, com a entrada de novas empresas do ramo, impulsionada com as políticas de estado, lançados no ano de 2004 e 2010”

O desmatamento é sempre visto como um grande problema que assombra a floresta Amazônica. Os defensores do dendê alegam que as plantações são, em sua maioria, em áreas antrópicas, mas experiências em outros países mostram que do discurso à realidade as coisas mudam, Pay, Feintrenie e McCarthy (2010) falaram sobre essas discrepâncias:

Contudo, pesquisas evidenciaram que o sistema produtivo do óleo de palma adotado na Indonésia, na Malásia e na Colômbia foi acompanhado de desmatamentos de áreas de florestas nativas, conflitos sociais e agrários, ameaças à fauna silvestre, expropriação das populações tradicionais, dentre outros problemas (Pye, 2008; Feintrenie et al., 2010; McCarthy, 2010).

Logo o argumento que diz que a cultura do dendê não desmata não funcionou em outros países, pois capital não para, onde hoje o dendê é plantado antes era pasto ou outra cultura, esta procurará outras áreas para poder se desenvolver e gerar lucro e assim gerando mais desmatamento. Logo a dendeicultura é responsável por um desmatamento cruzado.

Do ponto de vista geográfico as grandes plantações de dendê transformam a paisagem da floresta amazônica, causando uma padronização do cenário, essa padronização afeta a fauna, uma vez que dendezeiro não retém a biodiversidade esperada, havendo uma diminuição significativa tanto nas aves quanto nos mamíferos, tendo uma importância muito menor que a pastagem.

A dendeicultura caminha, segundo (NAHUM e MALCHER, 2012), “A descampesinização, isto é, a formação de um campo sem camponeses que, paulatinamente, metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar”.

O que defendem a integração de contingente significativo de pequenos agricultores familiares à produção do dendê dizem que ela inseri os agricultores a em uma cultura de mercado e, dessa forma, elevando o seu nível de renda. A área plantada de dendê compreende três polos de produção (Tocantins, Rio Caeté e Guamá), envolvendo 10 (dez) municípios: Moju, Tailândia, Tomé Açu, Bonito, Acará, Igarapé-Açu, Santo Antônio do Tauá, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim e Abaetetuba.

FAEPA⁷ estima que hoje existem 889 produtores familiares em uma área plantada de 32.936 hectares vinculados as empresas de dendê. Segundo Andrade, a Agricultura Familiar detém 17,33% da área plantada com dendê no Pará, onde 100% é vinculada às grandes empresas.

A agricultura familiar vem sendo sistematicamente inserida no plantio de dendê no estado do Pará, tendo vista as políticas governamentais de incentivo ao produtores de óleo de palma, com foco na inclusão social e no desenvolvimento regional. Em 2010, as áreas utilizadas para o cultivo de dendê por agricultores familiares eram de aproximadamente 20,2 mil hectares. Em 2012, segundo dados do Banco da Amazônia (BASA), responsável pelo repasse dos financiamentos do PRONAF-Eco Dendê⁸, foram firmados 581 novos contratos de parceria, com uma ocupação de mais 5.810 hectares de terras. Um dos fatores de atração, segundo NAHUM e MALCHER (2012) é:

Apesar disso as unidades familiares são atraídas para a dendeicultura, pois as empresas oferecem apoio ao produtor *tanto da porteira para dentro quanto da porteira para fora*, seja na gestão dos créditos do PRONAF-ECO, na forma de alocação desses recursos para custeio e capital, seja prestando assistência técnica, treinamento, monitoramento, garantia de compra. (NAHUM e MALCHER, 2012)

Esse “aliciamento” tornasse fácil, uma vez que a grande maioria dos produtores familiares nunca tiveram auxílio algum na sua vida no campo, tendo contato apenas com atravessadores, responsável por escoar para o mercado a produção da família.

⁷ Federação dos Agricultores do Estado do Pará, presidida desde 1989 por Carlos Fernandes Xavier

⁸ PRONAF ECO - Destinados a projetos de investimentos para as culturas do dendê ou da seringueira - Esse crédito é destino a Agricultores familiares enquadrados no PRONAF. Investimento para implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano. A taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), conforme crédito contratado. Com prazo de pagamento: a) Para a cultura do dendê: até 14 (quatorze) anos, incluídos até 6 (seis) anos de carência; b) Para a cultura da seringueira: até 20 (vinte) anos, incluídos até 8 (oito) anos de carência. O limite de crédito é de: a) R\$88.000,00 (oitenta e oito mil reais) para atividade de silvicultura; b) R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) por hectare para a cultura do dendê; c) R\$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) por hectare para a cultura da seringueira; Fonte: Banco da Amazônia

Por não precisar de atravessador, pois é a consumidora da produção, a dendeicultura compra toda a produção, pois é responsável pela circulação e comercialização dos produtos do camponês (dendê), usando a precariedade da infraestrutura (estrada ruins, associadas à ausência de linhas regulares de transporte) colocam o produtor rural refém das empresas. A empresa torna-se o atravessador, mediador entre o produtor e o mercado.

Devido à dificuldade de escoação da produção, já citado acima, o produtor familiar acaba afasta-se da produção de alimentos e destinando, cada vez mais, a produção do dendê em suas terras. O agricultor não perder a posse de sua terra, não tornasse assalariado, mas, quem determina e comanda os uso dessa terra é a empresas; a terra, por meio de contratos entre partes “juridicamente iguais” e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana.

Essa inclusão vem afetando de forma negativa a agricultura familiar, uma vez que o agricultor que preferir entra em parceria com as empresas produtoras necessitará de um aporte financeiro (na maioria dos casos o Pronaf é a fonte financiadora), como o dendê demora em média 4 anos para começar a produzir há um endividamento por parte do agricultor e um demorado retorno do investimento. A relação entre as empresas e os agricultores é marcada por uma subordinação, evidenciando as relações de poder que determinam a governança da cadeia produtiva do dendê, havendo um controle unilateral. FERREIRA, SANTANA, RAVENA e OLIVEIRA (2016) denominam essa fator poder como *governança da cadeia*. Já FETAGRI⁹ aponta a dependência dos produtores para com as empresas devido ao tempo de contrato, 25 a 30 anos e a dificuldade de cultivar outras lavouras paralelamente ao dendê descaracterizando o produtor familiar, uma vez que o mesmo deixa de produzir alimentos o qual deveria ser sua principal meta.

O benefício social é outro ponto que deve ser observado. O argumento governamental é que a incorporação da agricultura familiar traria inclusão social e desenvolvimento regional que é questionada por FERREIRA, SANTANA, RAVENA e OLIVEIRA (2016) que dizem o benefício social da maioria das famílias integradas atua como força contrária ao nível de renda que vem exclusivamente da dendeicultura “ A

⁹ Federação dos Trabalhadores agricultores do Estado do Pará

relação entre as variáveis renda da família após o dendê e tamanho da família repercute negativamente na qualidade de vida, dado que não é suficiente para prover as necessidades básicas das famílias, compostas, em média, de quatro a seis pessoas”.

O insucesso do benefício social ocorre devido à discrepância existente entre o baixo valor recebido e o tamanho relativamente grande das famílias. Esse fator pode ser denominado **sustentabilidade social**.

Outro problema está na transparência, pois os agricultores (segundo o trabalho de Ferreira, Santana, Ravena e Oliveira, 2016), avaliaram de forma extremamente negativa os problemas com a pesagem e no valor da produção entregue à agroindústria e no valor cobrado por insumos como foices, sachos, machados, luvas e defensivos agrícolas, adquiridos junto à empresa, que são integralmente descontados dos valores devidos aos agricultores. Destacaram ainda a penosidade nas frentes de trabalho, o aumento no custo da produção com consequente diminuição da renda e a existência de uma relação de total subordinação e dependência dos agricultores aos ditames da empresa.

Principais impactos da cultura do dendê e a projeção para o Município de Santo Antônio do Tauá

Santo Antônio do Tauá é um município localizado no nordeste paraense com um área territorial de 537,625 km² e uma população estimada de 31.038 habitantes¹⁰. Com forte vocação agrícola. Ver foto 1.

¹⁰ IBGE 2017: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santo-antonio-do-taua/panorama>

Foto 1: Plantação de mandioca no município de Santo Antônio do Para



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A foto 1 demonstra uma pequena propriedade que ainda desenvolve atividade voltada para produção familiar, neste caso a produção de mandioca atende as famílias de trabalhadores rurais. A farinha de mandioca constitui elemento central na cesta básica destes trabalhadores, situação que aos poucos vem sofrendo modificações devido o avanço do dendê.

O município de Santo Antônio do Tauá, que ocupa o 8º lugar com 2,57% da produção paraense de óleo de Dendê. É um município com forte vocação agrícola tanto na lavoura temporária¹¹ quanto na permanente¹² devido a seu clima¹³, solo¹⁴ e localização. Sendo o Dendê o foco central deste estudo apenas a lavoura permanente será retratada.

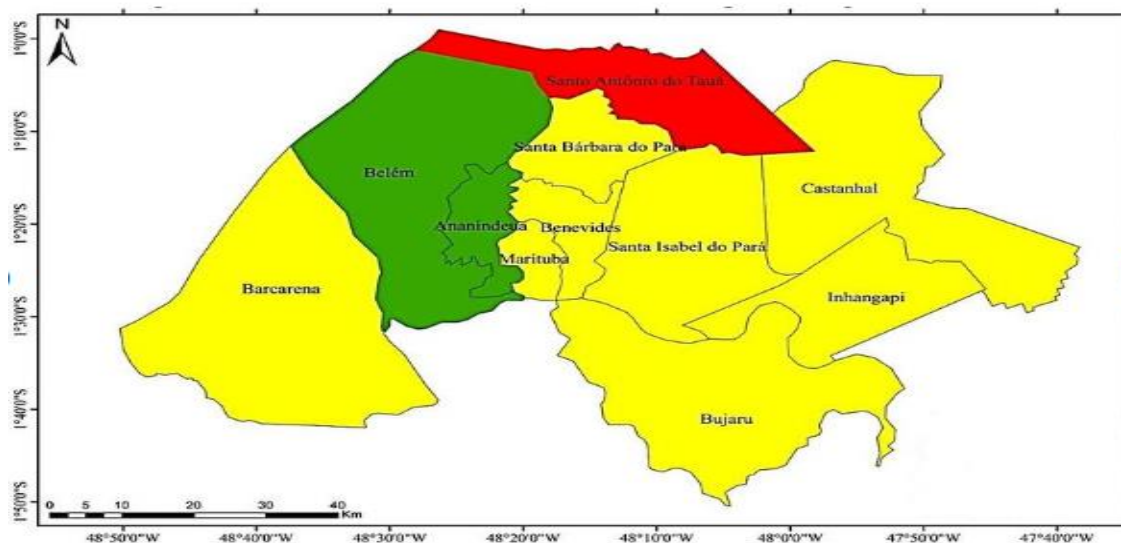
¹¹ São culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo (período compreendido entre o plantio e a colheita) inferior a um ano e que depois de colhidas, necessitam de um novo plantio. Ex.: algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, milho e soja.

¹² São culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas por vários anos sem necessidade de novo plantio. Ex: algodão arbóreo, banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja, pimenta-do-reino, sisal e uva.

¹³ O clima é megatérmico úmido. Sob influência da baixa latitude, a temperatura mantém-se elevada em todos os meses do ano, com média anual em torno de 25 °C, sendo seus valores mensais compreendidos entre 24 e 26 °C. Os meses de outubro, novembro e dezembro são os mais quentes, com máximas entre 32 e 34 °C, com média anual em torno de 33 °C. As temperaturas mínimas, em todos os meses do ano, oscilam entre 20 e 22 °C.

¹⁴ Latossolo Amarelo distrófico textura média e Concrecionários Lateríticos Indiscriminados distróficos. Há, também, solos hidromórficos indiscriminados eutróficos e distróficos textura indiscriminada nas áreas aluviais, além do Solonchak, textura indiscriminada

Figura 3: Mesorregião Metropolitana de Belém



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Mapa-de-vulnerabilidade-socioeconomica-da-mesorregiao-metropolitana-de-Belem_fig3_319259895

Área colhida de Dendê de 2006 a 2016 teve um crescimento de 4.300 hectares. O crescimento dessa área começou no ano de 2010¹⁵ e daí não parou mais. Em 2010 a área colhida era de 2.600 hectares e em 2016 chegou a 6.900 hectares. (FAPESPA, 2017)

O município tem uma associação no ramo do dendê, a Dendetaua que representa 2,57% da produção paraense. Já no quesito agricultura familiar o município possui 794¹⁶ estabelecimentos ou unidades, dando trabalho a aproximadamente 2,400 pessoas. Desse total 27¹⁷ agricultores familiares trabalham com Dendê como parceiros da empresa Dendetaua.

A pesquisa sobre o Dendê no município de Santo Antônio do Tauá demonstrou que este município se tornou alvo de forte investimento visando a produção desta cultura, isso se deve a sua localização, solo, e por ter hoje uma empresa do ramo neste município. A empresa se encontra dentro de uma área que se aproxima do que é chamada de ótimo climática com nenhum ou leve risco de redução na produção, logo,

¹⁵ Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, em 2010. A mesorregião Nordeste Paraense foi considerada como o principal polo com potencial para essa expansão pelas características favoráveis de clima, solo, disponibilidade de área, logística e também por contar com uma cadeia produtiva com bom avanço no processo de estruturação

¹⁶ Fonte: SAF/MDA (jan/2015); IBGE, Censo Agropecuário (2006).

¹⁷ FAEPA, aput (Andrade, 2015)

tende a haver uma busca por terras e uma valorização das mesmas, podendo levar, como já aconteceu em outras áreas do estado, a uma concentração de terras nas mãos de grandes empresas produtoras de dendê ou um aumento significativo de pequenos e médios produtores que hoje plantam em sua maioria a agricultura branca para o cultura do dendê.

As famílias que optam por participar dos projetos de dendê tendem a ficar endividadas e a deixar de lado a produção de alimentos para comercialização, levando assim a um risco alimentar das comunidades que vivem no entorno dos projetos agroindustriais do dendê e das cidades próximas.

Neste cenário, a pesquisa demonstra que a produção familiar desenvolvida por agricultores a exemplo de culturas brancas, criação de animais vem sendo paulatinamente substituída pelo emprego da dendeicultura estimulada por empresa do setor fixada neste município. A produção familiar que historicamente foi utilizada no cotidiano das famílias como base da alimentação deixou de existir em detrimento a substituição pela cultura do dendê.

Associado ao problema alimentação, a pesquisa também identificou problemas socioambientais ocasionados pela aceleração da produção do dendê, empresas incentivam os pequenos agricultores, com até 10 hectares, a plantarem dendê, pois este, por lei, não precisam manter Reserva Legal¹⁸, ocasionando a morte de animais, contaminação de igarapés, e ainda muitos proprietários estão dividindo suas terras em módulos menores para atender a essa ‘demanda’. Problemas de saúde, mais especificamente de cunho respiratório nas redondezas dos agroindústrias também foram informadas em vários trabalhos pesquisados. Eliminar áreas de Reserva legal (RLs) e Áreas de Proteção Permanentes¹⁹ (APPs) equivale a eliminar um uso da terra que representa um potencial de futuro, tanto para pequenos quanto para grandes produtores.

Os agricultores modificam sua estrutura familiar, alterando também sua forma de organização social. São estimulados a contratos de trabalhos assalariados numa lógica capitalista de produção significativa e maximização de lucros para a empresa.

¹⁸ A Reserva Legal compreende as áreas localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural necessárias ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas

¹⁹ É um espaço natural protegido principalmente em função da capacidade estabilizadora do solo propiciada pelas matas ciliares e outras vegetações. Elas cobrem espaços geologicamente frágeis e sujeitos à erosão, desmoronamentos ou outras formas de degradação, como bordas de rios e quedas de montes, dentro outros.

Obviamente, deixam de produzir culturas para de alimentação do cotidiano, passando a adquirir outros alimentos comercializados nas mercearias e supermercados locais ou dos municípios.

Conclusões

O Pará, principalmente a região nordeste do Estado, está associada ao dendê por diversos fatores, mas o clima é um dos principais, pois apresenta características favoráveis a referida cultura, como por exemplo, ausência de longos períodos secos com boa distribuição de chuvas. A mesorregião metropolitana de Belém apresenta índices pluviométricos acima de 1.500mm que são ideias para a cultura do dendê, assim sendo o município de Santo Antônio do Tauá apresenta todas as características que leva a crer que haverá um boom na plantação da cultura estudada. Houve um crescimento significativo em hectares plantados de dendê, que está diretamente relacionado a implementação do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil.

Também foi notado um aliciamento por parte das empresas aos agricultores familiares, em especial aos que tem até 10 hectares, pois estes, por lei, não precisam manter Reserva Legal, representando assim um grande risco natureza e as gerações futuras. Outros problemas ambientais também foram notados como a baixa biodiversidade que essa cultura exótica mantém levando assim a uma diminuição muito representativa de aves e mamíferos. A configuração dos fatores ambientais e mudança climática pode levar a um ambiente de ameaça para a manutenção de condições socioambientais adequadas à qualidade de vida na região.

A integração do produtor familiar está alicerçada por fatores socioeconômicos e ambientais com pouca ou nenhuma mudança na dinâmica do desenvolvimento local, devido a assimetria dos integrados a cadeia do dendê. Os fatores que levam a essa assimetria são: governança da cadeia, sustentabilidade social, fortes problemas ambiental, entre outros.

A governança da cadeia no processo de integração criou uma relação de dependência, tornando os agricultores em “terceirizados” das empresas por meio de contratos desfavoráveis. O baixo grau de instrução da maioria dos agricultores e a falta

de opções são fatores que levam a essa assinatura. Os pequenos agricultores não deixam de ser donos da terras, mas perdem a autonomia da produção, ficando assim a mercê das empresas.

Sob essas condições, é necessária cautela antes de ter essa cultura como a salvação do meio rural do nordeste paraense. Referendar esse tipo de investimento no meio rural amazônico, sobretudo na forma de integração entre agroindústria e pequeno agricultor familiar como atividade inclusiva e sustentável capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento não pareceu verdadeira.

Referências Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo - *Os Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, 2º Edição, São Paulo-Campinas, AMPOCS, 1998

BASTOS, T.X, MÜLLER, A. A., PACHECO, N. A, SAMPAIO, Sandra M. N, ASSAD, Eduardo Delgado, MARQUES, Antônio F. S. - *Zoneamento de riscos climáticos para a cultura do dendzeiro no estado do Pará* - Revista Brasileira de Agrometeorologia, Passo Fundo, v.9, n.3, (Nº Especial: Zoneamento Agrícola), 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann, VIEIRA, Ima Célia Guimarães - *A revisão do Código Florestal e o desenvolvimento do país* – Revista Ciência Hoje, vol. 46 • nº 274 – Rio de Janeiro - 2010

EMBRAPA. *Avaliação de Aptidão agrícola das Terras do Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará. 2004.* Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/63758/1/Oriental-Doc179.PDF>. Acesso em Novembro de 2018.

_____. *Caracterização e Classificação de solos do município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará. 2004.* Disponível em:
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1001540/1/BDP94.pdf>. Acesso em agosto de 2018.

_____. *Desempenho socioeconômico do Sistema Produtivo Familiar de Dendê em Moju, Estado do Pará. 2014.* Disponível em:
http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7300/Documentos_181.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em agosto de 2018.

_____. *Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará. Belém. 2006.* Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso em agosto de 2018.

FERREIRA, Vanilda Araújo, SANTANA, Antônio Cordeiro, RAVENA, Nírvia, OLIVEIRA Cyntia Meireles - *Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins* - Desenvolv. Meio Ambiente, v. 39, dezembro 2016.

FEINTREINIE, L.; Chong, W. K.; Levang, P. *Why do farmers prefer oil palm? Lessons Learnt from Bungo District, Indonesia. Small-Scale Forestry*, 9, 379-396, 2010.

FAPESPA –Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas –*Estatística Municipal, Santo Antônio do Tauá* – 2º semestre de 2017 - Semestral, nº 2, jul. / dez. disponível em www.fapespa.pa.gov.br

HOMMA, A.K.O., FURLAN JÚNIOR, J., CARVALHO, R.A. et al. *Bases para uma política de desenvolvimento da cultura do dendzeiro na Amazônia.* In: VIEGAS, I. de J.M., MÜLLER, A. A. *A cultura do dendzeiro na Amazônia Brasileira.* Belém: Embrapa Amazônia Oriental/Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – *Censo Agro 2017*. Disponível em:
https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=15&tema=76288

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/informacoes-por-cidade-e-estado.html?t=destaques&c=1507003>

IRIGARAY, Carlos T. J. H. *Compensação de Reserva Legal: Limites à sua implementação* – Revista Amazônia Legal de Estudos Sócio-Jurídico-Ambiental, Ano 1, Nº 1 – Cuiabá - 2007

JÚNIOR, José Furlan; MÜLLER, Antônio Agostinho – *A Agricultura Familiar e a Dendeicultura na Amazônia* – Comunicado Técnico 107 – EMBRAPA – Belém, 204

JÚNIOR, José Furlan; MÜLLER, Antônio Agostinho; FILHO, Pedro Celestino – *EMBRAPA Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará* – Comunicado Técnico 107 – EMBRAPA – Belém, 204

LEBID, T, HENKES, J. A. - *Óleo de Dendê na Produção de Biodiesel: Um Estudo de Caso das Vantagens de Desvantagens Econômicas, Ecológica e Social da Cultura desta Olioginosa para a Produção de Biodiesel*. Revista. Gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 1, abr./set.2015

MACÊDO, J.L.V., RODRIGUES, M.R. *Solos da Amazônia e cultivo do dendezeiro*. In: VIÉGAS, I.J.M., MÜLLER, A. A. *A cultura do dendezeiro na Amazônia Brasileira*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental/Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000..

MCCARTHY, J. F. *Process of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia*. *The Journal of Peasant Studies*, 37(4), 2010.

MENDONÇA, S. R. D. *Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil*. História e Perspectivas, Uberlândia, n. 32/33, 2005.

MORAES, V.H.F., BASTOS, T.X. *Viabilidade e limitações climáticas para as culturas permanentes e anuais com possibilidade de expansão na Amazônia brasileira*. In: INSTITUTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIO DO NORTE. Belém: IPEAN, 1972. (Boletim técnico, 54).

MOTTA, Márcia – *Dicionário da Terra*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos – *Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades Tradicionais na Amazônia Paraense* - ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

NAHUM, João Santos; BASTOS, Cleison dos Santos – *Dendeicultura e descampesinato na Amazônia Paraense* - CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, abr., 2014.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). *Confins* [Online], Paris, 16. 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947?lang=pt> . Acesso: 15/10/2018.

O BRASIL DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: *Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Gordura Animal, Dendê, Algodão, Pinhão-Manso, Girassol e Canola* – 2009 – disponível em www.agrocombustiveis.org.br

PYE, O. Nachhaltige Profitmaximierung. Der Palmöl- - *Industrielle Komplex und die Debatte um “nachhaltige Biotreibstoffe”*. Peripherie, 2008.

SILVA, Elielson Pereira da - *Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense* –Dissertação de Mestrado - UFPA - 2015

SILVA, Simone Alves. *Cultura do Dendê*. Apostila do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais da UFBA- Campus Universitário Cruz das Almas, BA. Disciplina Culturas Regionais. Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: www.culturasregionais.ufba.br/cultura-dende.doc.

SOUSA, Juliana, ARRUDA, Lilian, VILMAR, Maria Lúcia, RODRIGUES, Rai - *O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis* – Instituto Observatório Social, São Paulo, Novembro de 2013

VASQUES, Jorge Arturo Mori – *Agronegócio do Dendê: Evolução no Estado do Pará, no Brasil e no Peru* – Tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Belém –Pará – 2015.

VEIGA, L.S., FURIA, L.R.R. *Avaliação do dendezeiro como opção para o sequestro de carbono na Amazônia*. In: VIEGAS, I. de J.M., MÜLLER, A.A. *A cultura do dendezeiro na Amazônia Brasileira*. Belém, 2000.